



Um podcast original da Rádio Novelo

Episódio 83

Morte e vida

Branca Vianna: Esse é o Rádio Novelo Apresenta. Eu sou a Branca Vianna. Chega uma hora em que a gente tem que fazer uma escolha. Cortar um laço, deixar uma identidade pra trás, abandonar um enredo no meio. Não é fácil, mas tem que ser feito. Essa semana, a gente tem duas histórias sobre pessoas tendo que matar pra viver. A primeira é da Vitória Maria Matos.

ATO 1 - O DIA QUE MATEI MEU PAI

Vitória Maria Matos: Eu sou do 74. Meus amigos acham graça, mas é assim que o meu povoado é conhecido. O nome oficial dele é Vila Aparecida – é um distrito que pertence ao município de Riachão do Jacuípe, no interior da Bahia. Mas a gente chama de 74 porque ele fica no quilômetro 74 da BR 324, que vem do Maranhão e passa ligando Feira de Santana, Salvador, Jacobina... O 74 é um povoado de beira de estrada. Quando a gente era criança – eu e minhas amigas –, a gente ficava horas contando os carros que passavam na rodovia e fantasiando com essa vida de estrada. Uma falava "ah, eu vou pro lado de Salvador", a outra dizia "ah, eu vou pro lado de Juazeiro". Outra lembrança que eu tenho é de quando parava algum viajante lá em casa pra pedir água pra botar no motor carro. Eu ficava imaginando quem era aquela pessoa, da onde ela tava vindo, pra onde ela tava indo... era como se um pedaço de outro mundo tivesse ido parar ali. O 74 é daqueles lugares em que

praticamente todo mundo se conhece. E acho que dá pra dizer que a maioria das pessoas de lá me conhece desde criança. Em alguma medida, o meu povoado sempre compartilhou comigo essa história que eu vou te contar. Muita gente ali ficou sabendo de quando eu matei o meu pai.

A verdade é que eu não sei direito onde essa história começa. Se foi quando minha mãe ficou grávida de mim, ou se foi até mesmo antes disso, ou se ela só tá começando agora, aos meus 28 anos. Mas sempre que eu penso nessa história, vem uma cena na minha cabeça. Um dia – eu devia ter uns cinco ou seis anos de idade –, eu tava em casa, e minha mãe falou assim: “Vi, seu pai tá aqui do lado, vai pedir a bênção ao teu pai”. Eu lembro daquele meu corpo de criança não querendo ir, não querendo sentir o que eu sabia que ia sentir quando eu chegasse perto dele. Mas eu fui. Eu saí de casa, andei até o bar onde ele tava, entrei, estendi minha mão, e pedi a bênção pra aquele homem. Então ele falou pro dono do bar me dar um refrigerante, e eu fui embora com uma garrafinha de Fanta na mão. Sem abraço, sem conversa, sem a tal da bênção que eu tinha ido pedir. Essa não foi a primeira nem a última memória minha com esse meu "pai", mas acho que ela diz muito sobre a presença dele na minha vida. Sobre a ausência dele na minha vida. (E fique sabendo que todas as vezes que a palavra "pai" aparece aqui, ela tá entre aspas.)

Eu sou a caçula de três irmãos. E a gente nunca falou sobre isso. Meu "pai" — entre aspas — era caminhoneiro. Eu cresci vendo ele chegar e sair do nosso povoado com frequência. Eu lembro de ouvir a voz dele de longe e pensar que era muito louco conhecer a voz de uma pessoa que eu não conhecia de verdade. Minha mãe sempre incentivava a gente a buscar alguma aproximação com ele, mas a gente era só criança. E a verdade é que ele nunca quis. Às vezes alguém perguntava: "Viti, que que tu sente quando vê ele passando?". Naquele tempo eu não sabia responder com palavras. Eram emoções muito grandes e violentas pra uma criança saber lidar. Mas hoje eu sei que o que eu sentia era como se uma fumaça bem espessa tivesse me engolindo. Eu só queria me esconder, me fechar no meu mundo, dentro da minha cabeça.

Desde que eu me entendo por gente, eu lembro de bulir na palavra "pai". Como era possível que uma palavra tão pequena fosse tão ordinária pra mim? Uma vez por ano, essa palavra ganhava um dia só dela. O dia dos pais na escola era sempre a mesma coisa. A professora falava pra todo mundo fazer um desenho pro pai. Eu ia

lá, meio constrangida, e escrevia num papel "mamãe, te amo". Por muito tempo da minha vida, eu repetia que mainha tinha sido minha mãe e meu pai. Eu não era a única nessa situação. Muitos amigos da escola também tavam acostumados a ver os pais deles passando pelo povoado, como se fosse um fantasma. De alguma forma, a gente compartilhava essa ausência. Ninguém falava nada, mas a gente sabia. O mais triste é que, quando a gente é criança, a gente fica achando que a culpa é nossa. Não sei se isso também passava pela cabeça dos meus colegas, mas passava pela minha. Eu tinha nascido, eu era o problema.

Até meus 15 anos de idade, eu não tinha RG. Mainha ficava esperando o momento que meu "pai", por boa vontade, fosse decidir me registrar. Esse momento nunca chegava, então eu andava com minha certidão de nascimento. Era gritante pra mim já ser uma menina grande e ter que abrir aquela folha de papel pra apresentar quem eu era. Parecia que não ter um pai me tornava um pouco anônima. Era como se eu e meus irmãos, como se a gente não existisse por completo sem o sobrenome de um pai no nosso nome, e sem o nome dele nos nossos documentos. E parecia que tudo que acontecia era por causa dessa falta. Eu sentia o olhar dos outros julgando a gente como "soltos demais". Se eu jogava bola na quadra, se eu ficava na rua até tarde, se eu tinha amigos meninos, se eu jogava capoeira... se eu fazia tudo isso era porque eu "não tinha um pai".

Eu lembro de uma época que passava na televisão uma propaganda do governo incentivando o registro paterno. "Procure seu pai", "vá num cartório", "é importante ter o nome do pai no registro". No Brasil, só em 2023, dos 2,5 milhões bebês que nasceram, cerca de 172 mil não têm o nome do pai no registro. Isso dá quase 7% – sem falar em todo mundo que já cresceu, que já é adulto, e continua sem o registro paterno. Mas esse não é bem o meu caso. Pelo menos não mais. Quando eu tinha 15 anos, minha irmã – que já era maior de idade – decidiu entrar na Justiça pra exigir o registro paterno e a pensão alimentícia, que era direito nosso. Pra a gente, naquele momento, mais do que necessidade, aquilo era questão de honra. Depois de uma ordem judicial, o sobrenome veio e eu finalmente tirei meu RG. Só que a ausência do meu "pai" continuava ali. Na verdade, acho que depois disso ela ficou até maior do que antes. Porque agora ela tava escrita no meu nome.

Um ano depois, quando eu tava com 16 anos, eu passei na UFBA, a Universidade Federal da Bahia e eu me mudei pra Salvador pra estudar arquitetura e urbanismo.

As pessoas diziam coisas como: “seu pai deve tá muito orgulhoso por você ter passado na federal tão novinha!”. No início, eu respondia: “ah, não, eu não tenho pai”. Aí tinha gente que entendia que meu pai tinha morrido, e falava: “meus sentimentos”. Eu ia logo tentando corrigir: “não, meu pai não morreu... ele abandonou a gente”. E as pessoas se calavam. Quando eu cheguei em Salvador, toda essa história que eu tô te contando ganhou uma proporção ainda maior. Me ver sem um pai explodiu a minha cabeça de um jeito muito doido. Longe da minha família e do povoado que me criou, eu conseguia enxergar o tanto que aquela fumaça margeava muitas coisas da minha vida. Eu sentia que se o meu "pai", que teoricamente deveria me amar e estar presente na minha vida, não fazia isso, outras pessoas também não iam ser capazes de fazer. Não iam ser capazes de gostar de mim. Eu me afastei de muitas amizades e relacionamentos possíveis por desconfiar desse afeto. Por achar que, uma hora ou outra, essas pessoas iam me abandonar também.

Eu me via como a ausência dele. Como se eu não tivesse identidade própria. Tudo que passava por mim — antes de chegar até mim — passava por essa ausência, por essa fumaça. Isso me doía e me incomodava o tanto que doía. Eu pensava, desde criança: como é que isso pode mexer tanto comigo, se é uma pessoa que eu não conheço, que eu não amo, que eu não tenho nenhum tipo de relação? Então eu fui fazer o que muita gente faz quando se pega pensando em coisas que parecem muito maiores do que a gente mesmo. Eu fui fazer terapia. Aos poucos, eu fui entendendo a raiva que eu sentia daquele homem, e a culpa que eu sempre senti por ter essa raiva dentro de mim. Eu fui parando de me sentir louca por sentir essa raiva e por tudo mais que essa ausência provocava em mim. Ele escolheu ir embora e ponto. Quando eu finalmente me dei conta disso, eu vi que eu não era o problema.

Uma vez, uma outra pessoa me disse aquela mesma frase de sempre. "Seu pai deve estar tão orgulhoso de você" e de novo eu respondi: "eu não tenho pai". Só que, dessa vez, quando ela falou "meus sentimentos", eu aceitei e disse: "Obrigada". Naquele momento, pareceu mais fácil aceitar os sentimentos dela do que justificar o fato de que, não, ele não tinha morrido, mas ele também não tava exatamente vivo na minha vida. Mas a verdade é que, ao longo do tempo, eu fui percebendo que, pra eu conseguir seguir em frente, eu realmente precisava matar o meu "pai". Durante a maior parte da minha vida, eu não conseguia falar desse assunto sem chorar. Até que um dia, uns 5 anos atrás, eu tava em casa, tinha

acabado de chegar da universidade. Eu tava sozinha, pensando sobre toda essa história. E aí eu levei um susto. Porque pela primeira vez, eu tava pensando na palavra "pai" e não tava chorando. Eu pensei "véi, foi! Agora foi!". Alguma chave tinha virado na minha cabeça, e eu já não era mais aquela menina sendo engolida pela fumaça. Foi a primeira vez que eu pensei no meu pai e fiquei feliz.

Já fazia um tempo que a corrida tinha virado minha válvula de escape. Quando eu tava triste, eu corria. Quando eu tava feliz, eu corria. Aí eu troquei de roupa e fui correr. Tinha sido um dia lindo de sol. Mas a melhor hora do dia pra mim é a boca da noite. Eu matei meu pai na boca da noite, enquanto eu corria por Salvador. E eu achava que, se eu matasse o meu pai, se eu matasse a ausência dele dentro de mim, que eu também ia morrer. Mas, pra minha surpresa, eu continuei viva. Acho que, na verdade, eu já vinha matando ele há muito tempo. Desde aquele dia que eu fui pedir bênção no bar. Ou talvez ele tenha morrido antes mesmo de mainha me gestar. Algumas cobras geram a vida sozinhas. Talvez tenha sido o caso de minha mãe. Foi a partenogênese.

Em 2020, veio a pandemia, e a universidade parou. E eu voltei pro 74, pra passar um tempo no meu povoado com a minha família, com as minhas pessoas. A gente tava sentada de tardezinha no passeio de casa – eu, mainha, minha vó, minhas tias, algumas amigas. Aí alguém fez aquela pergunta que minha criança nunca soube responder: “Vi, como é pra tu ver teu pai passando?” Eu falei de cara: “eu matei ele num dia que eu saí pra correr em Salvador”. Elas ficaram olhando pra mim assustadas. Depois dessa conversa, eu corri pro computador. Abri um documento de Word e vomitei ali um tanto de coisa que me dava enjoo, mas que eu precisava botar em palavras. Em coisa de dez minutos, eu escrevi o meu primeiro livro: “No dia que matei meu pai fazia sol”. Eu imprimi esse livro, e mainha foi a primeira pessoa a ler. Eu tava com medo da reação dela. Ninguém sabia que eu escrevia, nem eu mesma achava que um dia ia conseguir falar das coisas que eu guardei por tanto tempo.

Quando mainha pegou o livro, na hora ela olhou pra mim e pediu pra eu mudar o título. “Matei é muito forte, Vi. Misericórdia!” Ela falou como se eu tivesse assumindo um pecado. Ela ficou preocupada. “As pessoas vão achar que você realmente matou seu pai.” Então eu mudei o nome pra “No dia que meu pai morreu fazia sol”.

Mainha ainda ficou meio assim, mas concordou que tava menos pior. Tipo: "alguém matou, não sei quem foi". Pelo menos eu não tava assumindo a autoria da morte. Só que, quase um ano depois, veio a chance de eu publicar esse livro por uma editora independente aqui de Salvador. E, no processo de edição, o título acabou voltando pra como era antes. Meu pai não tinha morrido, eu tinha matado ele.

Eu liguei pra mainha pra contar e eu falei pra ela que ela não precisava mais ser a mediadora da minha não-relação com o meu pai. Hoje em dia eu não concordo mais com aquele meu pensamento de criança, de que mainha era minha mãe e meu pai. Mainha não foi minha mãe e meu pai. Não tinha como ser. Humanamente, não tinha como ela carregar o peso de ser mãe e pai ao mesmo tempo, pra três crianças ao mesmo tempo. Ela foi minha mãe e isso foi suficiente. Hoje, se você chegar lá no meu povoado, você vai encontrar meu livro na casa de muitas pessoas. Mas o título ainda deixa muita gente de olho arregalado. Teve uma pessoa que disse: "Pelo amor de Deus, como assim você tá dizendo que matou seu pai? Não é certo isso. Por mais que ele tenha feito o que fez, você não pode matar..." Eu respondi alguma coisa tipo: "O pai é meu e eu faço com ele o que eu quiser".

Mas, pra mim, a parte mais doida de ter lançado o livro foi que eu comecei a receber muitas mensagens nas minhas redes sociais. Tanto de gente que me conhecia, como de gente que eu nunca vi. Elas vinham me contar que também cresceram com aquela ausência. Uma menina disse: "no dia que eu matar meu pai vai ser um dia bem nublado, porque eu acho lindo". Quando eu fui divulgar meu livro numa feira literária, aqui na Bahia, um rapaz me chamou de canto e contou toda a história dele. Aí no fim ele me perguntou: "Então, o que você me diz? Como é que eu faço pra matar o meu pai?". Eu me espantei. Era uma pergunta que eu não podia responder por outras pessoas. Eu nem sei se "matar o pai" é o melhor caminho pra todo mundo. E eu também não quero fazer parecer que foi fácil ou que tá tudo resolvido pra mim. Não foi, e não tá. Eu continuo carregando um sobrenome que pra mim não significa nada, e falar disso tudo ainda me dá ânsia de vômito. Inclusive agora, enquanto eu conto pra vocês. Eu agradeço o rapaz por ter lido o livro e por ele ter compartilhado os sentimentos dele comigo. Mas falei que eu não podia ajudar. Essa é uma história que tá marcada na vida de muita gente, em muitas certidões de nascimento Brasil afora. Mas cada história é uma história. E eu só sei da minha.

Branca Vianna: Essa foi a Vitória Maria Matos, colaboradora da Rádio Novelo. O livro da Vitória, “No dia que matei meu pai fazia sol”, foi publicado em 2021 pela Editora Margem. Tem poucas coisas na vida que a gente pode dizer que são questão de vida ou morte, né? E elas variam de pessoa pra pessoa. Porque as necessidades variam, os desejos variam, as escalas de importância variam. E, pra maior parte das pessoas, pensar no que te faria preferir morrer a ter que encarar... não passa de um exercício de suposição, né? No segundo ato do episódio de hoje, a Dani Avelar conta a história de alguém que se viu nessa situação de verdade. Um aviso: essa história faz menção a violência e ao suicídio.

ATO 2 - IDENTIDADE OU MORTE

Dani Avelar: Há um tempo eu li uma pesquisa que dizia que o cérebro humano protege a gente de pensar na morte. E eu lembro de achar super interessante – mas também de pensar que, provavelmente, essa era uma pesquisa com cérebros de pessoas cis, né? Porque se tem uma coisa em que – infelizmente – todas as pessoas trans que eu conheço pensam... é na morte. Ainda mais no Brasil, que é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo.

Dani Avelar: Como teria sido seu funeral? Aqui eu quero pensar nos detalhes, mesmo, na roupa...

Neon Cunha: Já tinha pensado, agora vai virar uma obra de arte.

Dani Avelar: Essa é a Neon Cunha.

Neon Cunha: Neon Cunha, uma mulher negra, ameríndia e transgênera, nessa ordem de importância. 54 anos.

Dani Avelar: Em 2016, a Neon chegou até a planejar os detalhes do funeral dela. Ela pensou na roupa que era pra vestirem nela.

Neon Cunha: Um conjunto Gaultier, um blazer e uma calça branca, lindo...

Dani Avelar: Ela pensou no tipo e no porte da cerimônia.

Neon Cunha: Eu queria um cerimonial muito enxuto, assim, só com as pessoas mais queridas, uma cremação.

Dani Avelar: Ela pensou na decoração.

Neon Cunha: Na verdade, tenho uma fixação com rosas vermelhas, até porque rosas vermelhas são símbolos de mulheres sofreram e alcançaram a plenitude.

Dani Avelar: A Neon imaginou também como ela ia morrer. Ia ser por morte assistida, que também é chamada de suicídio assistido. A morte assistida é um processo em que a pessoa recebe todo o suporte, toda a ajuda necessária pra tirar a própria vida. Por exemplo: um médico prescreve certinho a dose de uma substância letal, um veneno pra ela tomar e conseguir morrer. Esse serviço é previsto em lei em países como Holanda, Suíça e Canadá. No Brasil, ele não só não existe, como é proibido. Mas a Neon tava tão determinada, que ela decidiu entrar com um pedido na OEA — a Organização dos Estados Americanos — pra conseguir ter acesso a esse serviço. A Neon não tinha nenhuma doença grave, nenhuma condição terminal, nem nada do tipo. E também não é que ela tava numa depressão severa, ou que ela tinha ideações suicidas, ou que tinha perdido o apego pela vida, pelo contrário. Mas é que ela tinha chegado numa encruzilhada que exigia um ultimato, um gesto drástico. Pra poder continuar vivendo, a Neon decidiu colocar em jogo a própria vida. Bom, a Neon tá aqui, dando entrevista pra gente... então eu já te liberei de uma parte do suspense: ela tá viva. Mas antes de contar como e por que ela chegou naquele ultimato, a gente precisa voltar um pouquinho. Mais de 50 anos, na verdade.

Neon Cunha: A gente tem que fazer uma linha do tempo.

Dani Avelar: Lá na ponta dessa linha do tempo, a Neon já tava tendo que lutar pra existir.

Neon Cunha: É uma coisa — é muito violenta a minha infância, até porque eu me afirmo menina com dois anos e meio, eu digo: “Sou uma menina”. Quando eu me afirmo menina, aí o bicho pega, a coisa desanda. A coisa que

eu mais me lembro da infância, apesar de ter umas memórias muito afetivas, é de uma extrema pobreza. A pobreza, assim, era... tipo, fundamentada.

Dani Avelar: A Neon nasceu em Minas Gerais. Quando ela ainda era bem pequenininha, ela se mudou com os pais pra São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Desde cedo, ela costumava acompanhar a mãe e até trabalhar junto nas faxinas. E, ainda adolescente, ela arrumou um emprego na prefeitura de São Bernardo. Foi só alguns anos depois, quando ela tinha uns 16 anos, que ela passou a se chamar Neon.

Neon Cunha: Você sabe que eu não escolhi ser Neon. A origem deste nome foi numa aula do colégio. E os alunos não gostam do nome anterior, que é Neumir, e dizem: "Esse nome não combina com você". A gente estava estudando tabela periódica, revisitando a tabela periódica, e uma menina disse: "Seu nome vai ser Neon. Neon acho que combina mais com você".

Dani Avelar: De todas as explicações possíveis pra origem do nome da Neon que eu pudesse imaginar, nunca ia me passar pela cabeça a tabela periódica. Mas tá lá, o gás nobre Neônio. Eu, pessoalmente, acho "Neon" um nome lindo. Mas pra a Neon, na época da escola, não foi assim. Porque não foi uma escolha dela.

Neon Cunha: Então, Neon não é uma decisão. Foi uma grande humilhação ali na sala de aula de dizer: "Olha, você vem deste lugar que não pertence aqui, e a gente considera, inclusive, feio esse nome".

Dani Avelar: A Neon acabou adotando esse nome. Mas, nessa época, ela já tava entendendo que em São Bernardo não tinha muitos lugares onde ela podia ser ela mesma. E ela já tava começando a explorar outros cantos, onde existia um pouco mais de liberdade. Especialmente o centro de São Paulo.

Neon Cunha: Eu tenho um amigo que é muito precoce, que é o Alexandre. Que é quem me leva para vir aqui, primeira vez com 12 anos. Depois eu volto, mas a frequentar, mesmo, a partir dos 15, 16, que aí eu já estou aqui todo fim de semana. Às vezes chego na sexta, volto para São Bernardo, volto no sábado, às vezes ficava sábado para domingo, e me virava aqui.

Dani Avelar: E quais locais você frequentava?

Neon Cunha: Vixe. Onde tinha uma boate nova, um lançamento, a gente ia. Estritamente, quais eram os lugares pra gente? As boates. Então ia pra Nostro Mondo, ia pra Val Improviso, pra Val Show, pra própria HS...

Dani Avelar: Naquele momento, nos anos 80, o centro de São Paulo tava se consolidando como reduto de dissidentes sexuais e de gênero. O centro era – e ainda é – um dos poucos pedaços da cidade onde essa população podia encontrar trabalho, moradia, lazer... foi lá que a Neon foi conhecendo gente parecida com ela. E se sentindo cada vez mais em casa.

Neon Cunha: Por exemplo, eu não comemorava mais nada com a minha família, a partir de uma certa idade. Já não tinha mais esse pertencimento. Eu comemorava na rua.

Dani Avelar: Só que, ao mesmo tempo em que ela se sentia entre pares ali, nas ruas, ela via que a situação dela não era exatamente igual a das amigas que ela tava fazendo. A Neon, apesar das dificuldades, ainda tinha uma família. Durante a semana, quando ela tava em São Bernardo, ela tinha uma casa pra ficar. E ela tinha um emprego formal, ela trabalhava na prefeitura. Muitas das pessoas trans e travestis que encontravam refúgio no centro de São Paulo tinham sido expulsas de casa. E a maioria acabava indo pra prostituição pra conseguir se manter. Não é de hoje que o centro de São Paulo é perigoso. Nessa época, então, nem se fala. O que a Neon viu e viveu ali dava um filme.

Neon Cunha: Parecia filme de Hitchcock, assim, porque a gente via várias coisas. A gente via uma luz acendendo, alguém pegando o telefone, a gente falava assim: "A polícia vai vir. Deu ruim". Mas tem coisas muito marcantes, assim... uma a gente está ali perto da biblioteca, ali a gente chamava de área de lazer. Então você via um boy bafo, você queria fazer rolê com o boy, queria "aquendar no truque" – queria, como que fala "aquendar no truque"? "Aquendar no truque" é mais ou menos uma coisa como "no sigilo". Isso: precisava fazer no sigilo, transar no truque. Então você pegava esse boy, essa pessoa, e ia para esse lugar, que era meio o lugar até pra uma ideia de ter mais carinho. A gente está ali, a barca – eu sempre falo "a barca" que é o

termo que a gente usava pra camburão. E nesse momento a gente viu alguma coisa acontecer, tipo isso, alguém pegando o telefone, movimento de luz acendendo. “Ah, a luz tá acendendo. Alguém está vigiando a gente, alguma coisa está acontecendo” e eu tinha um grupo muito de amigas. E a gente tava nesse canto, assim, e a gente começou a ver o movimento. A gente só vê uma barca fechando a rua do lado de cima, fechando do lado de baixo, e a gente fazendo as pêssegas, assim, as invisíveis, no canto de cá. Não deu outra. Os policiais pegaram todo mundo que estava ali na praça, colocaram lado a lado, homens, mulheres trans e travestis. Mandaram abrir a perna. Eles colocavam o cassetete, Aí subia no meio das pernas de todo mundo. Levam boa parte dessas pessoas pra delegacia — boa parte das pessoas trans e travestis, porque os boys foram liberados. Era muito humilhante...

Dani Avelar: As tensões com a polícia eram praticamente rotina. Só o fato de alguém ser trans ou travesti já era motivo pra ser parada por um policial. Mas a perseguição era ainda mais intensa, claro, quando tinha prostituição. O território do centro era bem demarcado, e se dividia em duas Bocas: tinha a Boca do Lixo, nos arredores da Luz – essa região concentrava a prostituição durante o dia, fosse na rua mesmo ou dentro de hotéis meio decadentes. Era ali que funcionava, também, um pólo cinematográfico durante o auge da pornochanchada. Essa zona foi se degradando cada vez mais e hoje é conhecida como Cracolândia.

Neon Cunha: A Boca do Lixo é da São João para baixo. A Rego Freitas é a Boca do Luxo até a Roosevelt e afins porque — principalmente a Rego Freitas — foi constituída essa região aqui para ser a Las Vegas de São Paulo.

Dani Avelar: A Boca do Luxo ficava pros lados da República. E era uma região mais abastada, com restaurantes, boutiques e boates... era lá que a prostituição se concentrava no período da noite. A prostituição de rua – que também é chamada de trottoir – tava ficando cada vez mais visível. E isso incomodava. Os moradores e os lojistas faziam abaixo-assinado, enquanto os jornais denunciavam o que eles viam como uma "invasão das travestis". Tem uma história que ficou marcada bem forte na memória da Neon. Aconteceu por volta de 86. Nesse dia, ela tava com aquele mesmo grupo de amigas.

Neon Cunha: A gente está ali na Santa Isabel com a Amaral Gurgel, e a gente está conversando do outro lado da rua. De repente vem uma barca. Tem uma travesti negra fazendo trottoir, fazendo programa. Eu não sei quem é, não sei o nome. Essa barca para, o policial desce. Eu sempre lembro porque é uma Veraneio. Para quem não sabe o que é uma Veraneio, Google. Preta e branca, que a gente chamava de Veraneio vascaína. O policial deu um tiro na testa dela. Aí a gente começa a ver o corpo caindo, e aí a gente vê primeiro o sangue escorrendo. O policial vira para a gente e fala: “O que é? Vocês nunca viram melado escorrendo? Corre enquanto vocês tão vivas”.

Dani Avelar: A Neon tinha só 16 anos quando ela ouviu essa frase, depois de ver uma travesti ser assassinada na frente dela. Na rua, a sangue frio, pelas mãos do estado. Era um cenário de guerra, mesmo. De um lado, tava a polícia. Do outro, tavam as prostitutas, travestis, bichas, sapatonas, e quem mais fosse considerado anormal.

Neon Cunha: Quando eu falo isso, o que te faz voltar ao campo de extermínio todas as vezes, senão esse lugar de poder existir e coexistir. Você voltava porque era o único lugar onde a gente se encontrava, onde se podia confabular.

Dani Avelar: Muito desse cenário violento que a Neon descreve veio como legado de um cara que apareceu no centro de São Paulo um pouco antes dela começar a frequentar essa região. Um sujeito chamado José Wilson Richetti.

Neon Cunha: Bom, o Wilson Richetti, eu só vi uma única vez na minha vida, até porque ele era muito feio. Eu não sou obrigada a ver homem branco e feio.

Dani Avelar: O delegado Richetti tinha feito carreira na Polícia Civil, durante os anos de maior repressão da ditadura militar. E, em maio de 1980, ele foi nomeado chefe da Seccional Centro da Polícia Civil de São Paulo. Ou seja, dali em diante, ele é quem ia planejar e comandar as operações da polícia no centro da cidade. Isso foi durante o mandato do governador Paulo Maluf, já no período de distensão do

regime militar. Pra você ter uma ideia do naípe do Richetti, ouve só uma declaração que ele deu pra Folha na época. Vou ler:

“Essas prostitutas que ficam confinadas em seus apartamentos, e que até agora não sofreram repressão policial, tenho certeza que estão me dando todo apoio. Agora, quanto aos travestis, que invadiram a cidade de uns cinco anos pra cá e que não prestam nenhum benefício à sociedade, ao contrário só sabem assaltar, esses sim não permanecerão nas ruas, pois só causam transtorno às famílias, que gostam de passear no centro”.

O Richetti chegou tocando o terror e propondo uma série de operações de moralização social e de "limpeza", entre aspas. Essas operações eram conhecidas como "rondões". A polícia invadia bares, boates, prédios residenciais, e saía quebrando tudo que via pela frente. Logo na primeira semana do Richetti no cargo, ele prendeu 1.500 pessoas. Dessas, só 12 foram indiciadas. O que acontecia era que as pessoas eram levadas pra delegacia acusadas de vadiagem. Aqui no Rádio Novelo Apresenta já teve até história sobre a lei de vadiagem, tá no episódio "Caixa de ferramentas". Mas, se você não escutou esse episódio ainda, ou não lembra direito o que que é essa lei, basta saber que a "vadiagem" – ou seja, o ato de não fazer nada – é uma contravenção prevista no artigo 59 do código de Contravenções Penais. É uma lei antiga e duvidosa que, sim, tá em vigor até hoje. Ela prevê de quinze dias a três meses de prisão – mas hoje em dia ela não é mais aplicada de maneira indiscriminada como era antigamente. Ali, nas operações do centro, nos anos 80, os policiais se apoiavam nessa lei pra sair prendendo todo mundo que fosse considerado "vadio".

Neon Cunha: Isso é importantíssimo. O que que é um vadio? O que que é uma pessoa vadia? É uma pessoa que não tem registro em carteira. Essa é a lógica do vadio e da vadia. Por sorte, eu tinha holerite.

Dani Avelar: Por sorte, a Neon tinha um emprego formal. Mas isso não impediu que ela fosse levada pra delegacia várias vezes. Nem que ela fosse tratada de um jeito degradante quando ela mesma procurava a polícia. Uma vez, por exemplo, ela foi assaltada e teve que ir na delegacia pra fazer o BO.

Neon Cunha: Eu chego na delegacia, o cara fala para mim assim: “Mas eu te conheço. Você trabalha em tal lugar, em tal lugar”. Falei assim: “Não moço,

eu não trabalho em tal lugar. Eu trabalho no gabinete do prefeito em São Bernardo, na prefeitura, etc. “Não, eu já te vi em tal lugar, fazendo programa em tal lugar”. Falando assim: “Não moço, não sou eu”. E ele insistia que era eu. Esse cara me segurou. Isso era um domingo para segunda-feira. Esse cara me segura até o dia seguinte, porque ele liga no meu trabalho para perguntar se eu trabalhava lá realmente. E é aí que esse cara sossega o facho, dizendo assim: “Não, tem razão, não sei o que”. Mas não tem pedido de desculpas, não tem nada. Você que se vire. Eu tinha sido assaltada, levaram sapato, levaram parte da roupa, estava quase seminua ali e o cara lá fazendo isso...

Dani Avelar: Ela que tinha sido assaltada. E ela que teve que ficar presa ali na delegacia de um dia pro outro. Várias pessoas que foram detidas em São Paulo naquela época relatam espancamentos, estupros e todo tipo de violação atrás das grades. Uma mulher chegou a morrer ao pular da janela tentando fugir da delegacia. Pra escapar das garras da polícia, as travestis desenvolveram uma estratégia de sobrevivência. Ela foi apelidada de GG.

Neon Cunha: Se chama GG. Gilete. O truque era quebrar a gilete, saber quebrar essa gilete, para colocar no muco da boca, encaixar no muco da boca. É aterrorizante porque você fala assim: “Quanto a minha boca pode ficar...”. Mas há um método que você coloca, ela encaixa. Depois evoluiu pro bisturi, que é quando começam a chegar esses instrumentos mais sofisticados. Aí tem estilete, eu sou uma designer. Eu já estudava, naquele momento, Publicidade e Propaganda. Eu já sabia o poder do estilete. Mas é tudo muito perigoso. Aí se colocava não só no muco como em alguns lugares, como o sutiã, como debaixo da peruca, escondendo no cabelo...

Dani Avelar: A ideia era andar com essa gilete – ou um bisturi, um estilete, enfim –, andar com esse objeto cortante pra se defender. Mas essa lâmina não era pra ferir os policiais. Era pra cortar elas mesmas. Era uma estratégia de automutilação.

Neon Cunha: Mas foi uma estratégia de sobrevivência muito fundamental. essa estratégia de se cortar é por conta do HIV.

Dani Avelar: Naquele momento, o HIV tava chegando com tudo no Brasil. Não tinha informação, prevenção e tratamento como tem hoje. E o estigma da Aids tava sempre rondando os homens gays e as mulheres trans e travestis. Pra polícia, pouco importava se a pessoa era de fato soropositiva ou não. Ver o sangue já bastava pra não querer chegar perto. Os policiais tinham medo. Não só eles, né? Se criou um medo generalizado em torno do vírus, o que afetou muito a comunidade LGBTQIA+. Mas eu achei curioso — e até irônico — saber que a Neon e as amigas dela se aproveitavam desse estigma pra se defender. Apesar de tudo isso que a gente falou aqui, e pra além do risco de sofrer violência sexual nas mãos dos próprios policiais, apesar de tudo isso, pra Neon, ir pro xadrez nem era o pior cenário possível. Tinha coisa pior.

Neon Cunha: Você tinha o hospício. E o que eu vi nos hospícios me dizia: “Se você entra nesse lugar, você nunca mais sai”.

Dani Avelar: Nessa época, ainda tava começando o papo sobre reforma psiquiátrica, luta antimanicomial e ainda era comum que gente sem nenhum tipo de transtorno psiquiátrico propriamente dito fosse internada num manicômio. De novo, por não ser considerada "normal".

Neon Cunha: Eu sei de muitas mulheres lésbicas que chegam no hospício. Sei de muitas outras pessoas que chegam no hospício por não performarem o ideal. Então, isso era muito assustador.

Dani Avelar: A Neon teve uma tia e um tio que ficaram internados em hospital psiquiátrico. Ela chegou a visitar eles algumas vezes. Ela ficava horrorizada com os eletrochoques, com a falta de convívio e de liberdade... ela sabia que ali era o último lugar onde ela queria tá. Bom, então tinha a polícia truculenta e todos os outros tipos de violência do estado; tinha a violência e a vigilância dos próprios cidadãos; o risco de ser mandada prum manicômio; o estigma e o descaso das autoridades diante de uma epidemia mortal... os perigos tavam por todo lado. Tanto que, nessa época, muitas travestis brasileiras resolveram fugir pra Europa. Rolou uma verdadeira diáspora trans do Brasil pra cidades como Madri, Paris e Milão. A Neon decidiu ficar. Mas ela teve amigas que foram embora.

Neon Cunha: Tem uma outra coisa que eu me lembro muito, da Luísa. A Luísa foi muito minha amiga. Luísa sai do Brasil, vai para a Europa, ela vai trabalhar como cineasta na Itália. E ela chega na Itália e lá é que ela vai ser infectada com HIV. Ela volta para o Brasil, feliz. Ela me liga. Falando assim: “Tô feliz. Eu comprei meu apartamento na Boca do Lixo”, que é a Aurora. Marcamos pra outra semana. Só que Luísa não me diz como ela está. ou me diz e eu não lembro – eu sei que quando eu chego pra encontrar a Luísa, as pessoas na rua falam assim: “Luísa morreu no dia anterior por causa do HIV”.

Dani Avelar: A Luísa não foi a única amiga que a Neon perdeu nessa trajetória. O Alexandre – aquele amigo que primeiro levou ela pro centro de São Paulo, quando ela era bem novinha –, ele também morreu em decorrência da Aids. Os protestos contra o delegado Richetti e contra as operações que ele fazia começaram a estourar logo que ele assumiu a chefia da polícia no Centro de São Paulo. Isso até antes da Neon começar a frequentar a região. No dia 13 de junho de 1980, uma manifestação de diferentes movimentos sociais juntou cerca de mil pessoas na frente do Theatro Municipal. Eles leram um manifesto que dizia assim:

“Um secretário de Segurança, um diretor do departamento de polícia e um delegado vêm aterrorizando prostitutas, homossexuais, travestis, negros e desempregados com prisões arbitrárias, espancando e até assassinando-os. Por isso estamos aqui protestando contra a repressão policial e exigimos a imediata destituição do Sr. José Wilson Richetti, o responsável direto pela barbárie”.

Esse manifesto foi assinado por treze entidades, entre grupos antirracistas, feministas, LGBTQIA+, movimentos estudantis... essa foi considerada a primeira manifestação do movimento LGBTQIA+ no Brasil. Eles pararam o trânsito na avenida São João e marcharam até o largo do Arouche, antes de se dispersarem na Boca do Luxo. Eles gritavam palavras de ordem como: “Arroz, feijão, abaixo o camburão” e “Ada-ada-ada, Richetti é despeitada”. A violência no centro de São Paulo chocava, até mesmo pros padrões da ditadura. E o Richetti passou a ser alvo de críticas da imprensa e até de dentro da polícia. Afinal, os rondões dele não tavam melhorando a segurança pública – pelo contrário, tavam era drenando os recursos do combate ao crime organizado.

Apesar dos protestos, o Richetti continuou na chefia da Seccional Centro até 83. Depois ele foi trabalhar em outros cargos na Polícia Civil, até morrer, em 89. E, naquele mesmo ano, 89, um deputado estadual apresentou um projeto de lei para batizar a delegacia da Seccional Centro, na rua Aurora, com o nome de "Dr. José Wilson Richetti". Dois anos depois, a proposta foi aprovada. E até hoje esse prédio público continua homenageando um notório violador dos direitos humanos. Um cara que mal disfarçava que a motivação dele não era combater o crime ou deixar a cidade mais segura. Era perseguir pessoas que ele considerava menos gente.

Neon Cunha: Eu acho que é uma tradição do Brasil, inclusive, homenagear os algozes, os que odeiam, né. Acho que é até uma psicopatia coletiva que precisa ser estudada em algum lugar, porque você vai ver, é nome de bandeirante, nome de fulano que executou, nome de fulano que faz perversidade.

Dani Avelar: Mais tarde, o relatório da Comissão da Verdade até recomendou que mudassem o nome da delegacia, mas não deu em nada.

Neon Cunha: Eu acho que se o Richetti estivesse vivo e propusesse essa caça, muita gente ia apoiar o Richetti hoje. Ele teve apoio de muita gente.

Dani Avelar: Mesmo depois que o Richetti saiu do cargo e que a ditadura acabou oficialmente no Brasil, esse modelo de policiamento abertamente hostil às pessoas LGBTQIA+ continuou por muitos anos em São Paulo. E ele não era diferente em cidades do interior, como Campinas e São José dos Campos, e em outras capitais, como Rio de Janeiro e Recife. Hoje em dia, mesmo que essa não seja mais uma política escancarada, a perseguição continua.

Neon Cunha: Tudo continua. Pra essa população, a ditadura não findou. Por mais que a gente tenha pensado uma série de direitos humanos pós-Constituição, muito disso não foi pra a gente.

Dani Avelar: A morte continuou rondando as pessoas trans e travestis. E continuou rondando a Neon. E aí, no começo dos anos 2000, ela viveu uma situação que foi a gota d'água.

Neon Cunha: A casa que eu moro hoje, ela foi invadida por um assalto e eu fui violentada. Aí eu falei assim: “Não dá para existir nessa condição”. Eles me violam de uma maneira muito violenta e aí eu dou uma pausa.

Dani Avelar: A Neon se sentiu tão invadida, tão violentada, que ela fez uma espécie de morte simbólica.

Neon Cunha: Eu faço uma morte simbólica, raspando a cabeça, tirando o cabelo comprido e tentando ser menos feminina.

Dani Avelar: Mas essa morte simbólica ainda não é a morte que ela tava contando lá no começo – de quando ela chegou a planejar uma morte assistida e até a cerimônia do funeral dela. A gente já vai chegar nisso.

Neon Cunha: Só que é isso, você não desiste de você. Você não desiste de existir. Isso fica na minha cabeça. Então, eu já havia morrido inúmeras vezes: na negação do trabalho, dos direitos, da humanidade, nos estupros, nas tentativas de homicídio. E não foi só uma, foram inúmeras tentativas de homicídio. E tudo com o aval do próprio Estado. Porque, assim, quem vai se importar com essa gente?

Dani Avelar: A Neon tava cansada de ser tratada como sub-humana. De travesti só aparecer no jornal e na TV nas notícias policiais. Hoje em dia, a gente até tem um pouco mais de referência de pessoas trans e travestis no cinema, nas séries, na política, nas redes sociais... ainda é muito pouco, mas tem. Mas enquanto a Neon tava amadurecendo e se entendendo no mundo, teve uma pessoa que ganhou bastante destaque na mídia. A Roberta Close.

Neon Cunha: E eu me lembro quando ela surge, a gente está vendo TV. Isso também foi um fenômeno na rua, foi assunto de meses: como a bicha é bonita.

Dani Avelar: Cê já deve ter ouvido falar dela. A Roberta Close foi um fenômeno midiático no Brasil nos anos 80 e 90. Ela foi apresentadora, atriz e modelo, e ficou famosa aparecendo em capas de revista e programas de TV.

Recorte da entrevista da Roberta Close ao Fantástico

Glória Maria: *Está escrito na carteira de identidade. Nome: Luís Roberto Gambine. Idade: 34 anos. Sexo: Masculino. É, mas na vida real, essa pessoa não existe. Em seu lugar surge um personagem.*

Transeunte: *É a Roberta Close? Brincadeira. Pô, é muito linda né, cara. Porra, né não? Vai entender a natureza, né não?*

Dani Avelar: Essa é uma matéria do Fantástico.

Recorte da entrevista da Roberta Close ao Fantástico

Glória Maria: *Roberta, você está se sentindo bem agora? Você está bem? Você está em paz? Está feliz?*

Roberta Close: *Sim. Bem mais feliz, bem mais segura. Quando você tem um ideal, quando você tem um sonho, quando você tem uma vontade, uma realidade muito grande, você consegue mudar.*

Dani Avelar: A Roberta teve bastante projeção na mídia e alcançou uma qualidade de vida que, infelizmente, não é tão comum pra maioria das pessoas trans e travestis. Nessa matéria, ela tava comentando da autobiografia dela, que tava pra ser lançada. Só que, por trás da fama, ela teve que enfrentar muita coisa pra poder se afirmar e pra ser tratada, de fato, como mulher. O processo pra ela conseguir retificar os documentos dela com o nome certo e o gênero certo se arrastou por muitos anos. E se pra ela tava difícil, imagina pra quem não era a Roberta Close.

Neon Cunha: E eu vou acompanhando isso. Também vou ficando angustiada, porque eu vejo essa mulher lutando para existir, pedindo mudança de nome e de gênero. Bom, marco histórico: 89, ela anuncia a cirurgia. 90, ela já aparece na capa de revistas masculinas. Ela dá entrada no primeiro processo, recusado em primeira instância. 92, ela tenta de novo, aceito na primeira instância, recusado na segunda. 97, o Brasil tem 37 casos de retificação de nome e gênero. 37 casos, 36 em São Paulo. Ela só vai conseguir em 2005.

Dani Avelar: Em 2005. Foram 15 anos brigando com a Justiça pra conseguir a coisa mais básica que uma cidadã pode ter: um registro de que ela existe.

Neon Cunha: Não há coisa mais poderosa que o nome. As pessoas se perpetuam e as pessoas se imortalizam pelos seus nomes. Quantos nomes a gente tem sem imagem de pessoa? Quantos nomes são reverenciados sem imagens de pessoas? Quantos nomes são inventados para entidades ou divindades que você não sabe nem a imagem, não sabe como seria essa pessoa, né? Qual é a lógica de impedir que alguém exista na sua plenitude?

Dani Avelar: Deu pra notar que Neon sabe a importância de um nome, né? Mas, mesmo assim, ela demorou bastante pra ir atrás da retificação do nome dela. Foi só 10 anos depois da Roberta Close, em 2016, que ela entrou com o processo. Porque tinha um problema. Um problema que, pra Neon, era gritante, absurdo, impeditivo. É que, nessa época, pra fazer todo esse processo e ser reconhecida, a pessoa precisava apresentar um laudo pro estado.

Neon Cunha: Todas aquelas coisas de patologização. E o protocolo transexualizador determina quem vai e quem não pode. Então muita gente começa a anunciar que quer a cirurgia, vai submeter esses laudos de psiquiatra, de psicólogo, de endocrinologista, de cirurgião. Inclusive, também atestado de assistente social dizendo que você vive, se reconhece na condição da mulher que você é. Se você conseguisse passar por tudo isso, você tinha direito a nome e gênero.

Dani Avelar: Pra ter direito ao direito de existir, precisava provar muita coisa. E, no meio disso tudo, a Neon ia ter que declarar, perante o Estado, que a identidade dela e de todas as outras pessoas trans é uma patologia, uma doença. Depois de tudo o que ela já tinha passado desde pequena, isso significava pra ela uma nova ameaça de morte.

Neon Cunha: Então, se você pensa, além das ameaças concretas de morte, você começa a pensar assim: quantas vezes mais eu preciso morrer? Quando é que vocês vão se dar por satisfeitos?

Dani Avelar: A Neon não tava nada disposta a se submeter a esse processo e a passar por todos esses laudos.

Neon Cunha: Ao que mais eu seria submetida? Sejamos bem honestas. Se eu não tenho nome, se eu não tenho gênero, se eu não tenho identidade, quem que eu sou? Que ser viva que sou eu, né? Que lugar que ocupo para esse Estado?

Dani Avelar: E foi aí que ela chegou naquela encruzilhada. Pra poder existir de verdade, a Neon resolveu colocar em jogo a própria vida. Era identidade ou morte.

Neon Cunha: E aí eu comecei a pensar— falei assim: olha, vou abrir um processo pedindo mudança de nome, gênero, sem nenhum laudo, sem apresentação de nenhum laudo, mesmo. E, na negação do direito, morte digna.

Dani Avelar: Ou seja, ela acionou a Justiça pra pedir a retificação da identidade dela sem o laudo médico obrigatório. E ela declarou nos autos que, se o pedido não fosse atendido, ela queria, pelo menos, ter direito à morte assistida. Que o estado desse a ela todo o auxílio pra se suicidar.

Dani Avelar: O que que te movia? Era desespero, era uma estratégia política?

Neon Cunha: É, é uma estratégia política, sim. Inclusive eu falei para o advogado que aquele não era um processo jurídico, era um processo político. Bom, o que me levou foi ter morrido tantas vezes, conhecendo todas as humilhações, todas as desorganizações, eu abri esse processo. Estava disposta a uma morte digna, indolor, sabe? Tinha escolhido o método, podia ser a injeção letal, porque basicamente você toma anestesia geral, você não vai sentir nada. Acabou e ponto final, inclusive, pra uma série de coisas. Se é isso que vocês querem, que querem o fim da gente, garantam pelo menos que a gente tenha dignidade. Garante a morte em dignidade.

Dani Avelar: Quando a Neon deu esse ultimato de "identidade ou morte", não dava pra saber muito bem qual ia ser o desfecho. Se a resposta fosse positiva, ela ia ter o

direito de existir. No pior dos casos, ela ia ter uma morte digna e um funeral intimista, vestindo um conjuntinho Jean Paul Gaultier. Mas ela já imaginava que, ganhando ou perdendo, o caso dela podia fazer alguma diferença no mundo. Podia abrir um precedente de como a Justiça brasileira deveria lidar com a população trans. Só que a Neon não ficou esperando o resultado sentada. Porque, afinal de contas, ela não queria morrer. Então ela procurou a imprensa, acionou os movimentos sociais, as autoridades... ela conseguiu até espaço pra fazer um discurso na OEA – a Organização dos Estados Americanos – pra reivindicar os direitos dela. Naquele mesmo ano, 2016, a decisão do processo saiu. A Neon ia poder existir.

Neon Cunha: O processo saiu vitorioso. É o primeiro processo a usar a Constituição, e o primeiro processo a usar o autodeclarado, além de não exigir os laudos clínicos-médicos.

Dani Avelar: A Neon foi a primeira pessoa trans no Brasil que conseguiu retificar o nome e o gênero nos documentos sem ter que se assumir como doente, como "anormal".

Neon Cunha: Hoje, inclusive, esse RG é uma peça de museu. Está no Memorial da Resistência, exposto pelo Acervo Bajubá, é peça de museu, mesmo.

Dani Avelar: Em 2018, dois anos depois do caso da Neon, o STF decidiu que pessoas trans têm direito de retificar nome e gênero sem precisar acionar a Justiça e sem precisar apresentar nenhum laudo. Basta ir no cartório e se declarar trans. Nesse mesmo ano, a OMS retirou a transexualidade da lista de transtornos mentais. Também em 2018, um grupo de ativistas de São Bernardo do Campo teve a ideia de fundar uma instituição pra acolher pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade. A Casa Neon Cunha foi inaugurada três anos depois, e leva esse nome em homenagem a ela. E um dos serviços oferecidos é, justamente, a assistência pra quem quer retificar os documentos.

Neon Cunha: Mas ver meninas que estão em situação de rua buscando suas retificações... tinha uma mãe que me emocionou porque ela é mãe de uma filha temporona. Acho que essa mulher tem quase 60 e a filha está com 15

anos. Essa mãe chorava copiosamente. Essa mãe e o pai. Essa mãe chorava copiosamente falando assim: "Agora minha filha existe. Minha filha existe."

Dani Avelar: A Neon me contou que volta e meia ela se pega pensando nas amigas e amigos trans que morreram sem nunca terem tido o direito ao próprio nome.

Neon Cunha: Quando eu falo o nome dessas minhas amigas, eu sei que elas existiram pra mim. Mas se eu paro pra pensar nelas e eu quero fazer uma celebração, eu quero ter a memória delas... como essas pessoas que vão ao cemitério, procuram uma lápide do parente, do amigo, de alguém muito querido, do marido, sei lá, do namorado, do amante, seja quem for, do filho. Você tem direito a uma lápide, você tem direito a uma memória. Não tem, não tem. E tem mais, que eu acho que uma coisa, eu falei recentemente: se vai haver reparação histórica para essa população. Porque eu paguei imposto a vida inteira pra não poder usar, para não poder estar lá.

Dani Avelar: Enquanto isso, tá cheio de nome de rua homenageando escravagista, torturador, ditador, militares e policiais truculentos... vide a delegacia com o nome do Richetti, que tá lá no centro de São Paulo até hoje. Eu comecei o meu processo de retificação há uns dois anos, começando pela certidão de nascimento. Eu fui no cartório levando uma papelada e tive que pagar uma taxa de 130 reais. No meu caso, eu tive que pagar em dobro, porque o cartório que me registrou quando eu nasci fica em outra cidade. Esses custos acabam sendo um entrave pra muita gente. Eu fiquei muito feliz quando eu recebi a minha nova certidão de nascimento. Mas ainda faltava retificar RG, CPF, título de eleitor... isso sem contar cartões de banco, conta de luz, documentos de trabalho. Cada um desses processos me custou tempo e dinheiro. Alguns meses atrás, eu fui retificar a minha carteira de motorista.

Depois de passar um tempão na fila do Detran, a atendente resolveu encrencar comigo. Ela disse que, pra alterar o nome e o gênero na habilitação, eu precisava apresentar a certidão de nascimento. Só que, tanto o site do Detran, quanto a recepcionista tinham me informado que só o RG bastava. Eu saí de lá furiosa por ter sido feita de trouxa por aquela funcionária pública, que agiu com má vontade ou má fé. Depois, fui até outra unidade do Detran e consegui retificar a CNH mostrando só

o RG mesmo, como tinha que ser. A minha experiência não se compara ao que a Neon passou, óbvio. Mas é um lembrete de que a nossa dignidade não tá garantida. Todo dia aparece alguma coisinha que obriga a gente a brigar pelos nossos direitos mais uma vez. E isso cansa.

Neon Cunha: É muito cansativo, é muito burocrático.

Dani Avelar: Pra a Neon, pra mim e pra todas as pessoas trans que eu conheço, o direito ao nome tá intimamente ligado ao direito à vida. Por mais que morrer seja parte da vida.

Neon Cunha: Eu acompanhei muitas mortes pela casa Neon. Muitas retificadas e as que não eram retificadas, pelo trabalho da própria casa, se retifica ou se coloca o nome social na lápide. Então, de alguma forma, a gente garantiu a imortalidade e já garantiu que elas transcendessem esse processo de não existência no pós vida. Pra mim essa é uma das maiores conquistas, saber que essas pessoas todas vão existir. Eu não me preocupo mais com a morte de jeito nenhum. Aliás, eu estou pronta para ela, mesmo. Só que, enquanto houver respiro, a gente vai produzir humanidade. Então você fica pensando assim: "que bom, que bom que eu estou viva. Que bom que nós estamos vivas". E que apesar de tanta dor, tem uma coisa que pessoas trans e travestis fazem, que a gente vai ter que reconhecer: é uma gente muito competente pra celebrar a vida que não lhe é permitida. Eu nunca vi um povo tão competente pra celebrar a vida.

Branca Vianna: Essa foi a Dani Avelar, repórter da Folha de São Paulo e colaboradora da Rádio Novelo. A Neon Cunha é pré-candidata a vereadora pela cidade de São Paulo. Obrigada por ouvir mais esse episódio do Rádio Novelo Apresenta. Essa semana, no nosso site, tem fotos históricas da Boca do Lixo e da Boca do Luxo em São Paulo, tem a identidade retificada da Neon Cunha, e tem fotos da Vitória Matos criança, no povoado dela. E, vem cá, cê já assinou a nossa newsletter, ou tá marcando bobeira? A newsletter do Apresenta – só lembrando – não custa nada pra assinar, e traz sempre algum textinho esperto de alguém da nossa equipe, além de alguma dica cultural bacana – que, francamente, sempre me surpreende. Se você quiser falar com a gente, é só marcar @radionovelo no Twitter

ou no Instagram, ou mandar o velho e bom e-mail pra apresenta@radionovelo.com.br.

O Rádio Novelo Apresenta é um original da Rádio Novelo.
Tem episódio novo toda quinta-feira.

A direção criativa é da Paula Scarpin e da Flora Thomson-DeVeaux.

A direção executiva é da Marcela Casaca.

A gerência de produto é da Juliana Jaeger.

Nossos produtores sênior são o Vitor Hugo Brandalise, a Évelin Argenta, a Bia Guimarães, a Sarah Azoubel e a Carol Pires.

As produtoras da nossa equipe são a Bárbara Rubira, a Natália Silva, a Júlia Matos e a Ashiley Calvo.

A checagem deste episódio foi feita por Ana Rita Cunha e Bruno Lima.

Nesse episódio a gente usou música original de Arthur Kunz.

E, também, da Blue Dot.

A mixagem é do Pipoca Sound.

O desenvolvimento de produto e audiência é feito pela Bia Ribeiro.

O design das nossas peças é do Gustavo Nascimento.

A nossa analista administrativa e financeira é a Thainá Nogueira.

E a nossa estagiária é a Isabel de Santana.

Brigada, e até a semana que vem.